

Teoria da Mente: Uma Revisão com Enfoque na sua Incorporação pela Psicologia Médica

Leonardo Caixeta^{1 2 3}

Ricardo Nitrini

Universidade de São Paulo

Resumo:

Um constructo nascido da psicologia cognitiva e que se refere à capacidade de atribuir estados mentais para si mesmo e para os outros, denominado Teoria da Mente, tem sido exportado para outros campos do saber e tem sido mais recentemente incorporado pela psicologia médica com a pretensão de explicar determinadas alterações de comportamento que constituem o cerne de distúrbios como o Autismo Infantil, Esquizofrenia e Psicoses afins. Esta incorporação trouxe a necessidade de desenhar metodologias que possam mensurar e definir a Teoria da Mente em termos neurobiológicos. Nos objetivamos a descrever os mecanismos pelos quais a Teoria da Mente tem contribuído para o esclarecimento de alguns fenômenos mentais, bem como arrolar as dificuldades metodológicas associadas a tal empreendimento. Antes disto, uma revisão geral da Teoria da Mente é proporcionada enfocando os aspectos mais relevantes do constructo. Existem poucos trabalhos nesta área no Brasil, razão pela qual justificamos a reflexão conduzida.

Palavras-chave: Teoria da mente; Autismo; Esquizofrenia.

Theory of Mind: A Review with Focus on its Incorporation into Medical Psychology

Abstract:

A concept derived from cognitive psychology which refers to the ability to impute mental states to the self and others, termed Theory of Mind, has been disseminated to others fields of knowledge and has been more recently incorporated by medical psychology with the intention of explaining behavior disturbances that constitute the core features of disorders such as Infantile Autism, Schizophrenia and related Psychosis. Such incorporation has given rise to the necessity of designing a methodological approach to measure and define Theory of Mind in neurobiological terms. The aim of this work is related to describe the mechanisms by which Theory of Mind has been contributed to the elucidation of some mental phenomena, as well as enroll the methodological difficulties related to this attitude. Before that, a review of the field of Theory of Mind is done, focusing on the more relevant aspects of this concept. There are a few articles in Brazil about this theme, that's why the present work is justified.

Keywords: Theory of mind; autism; schizophrenia.

Segundo Delay e Pichot no seu *Manual de Psicologia* (1982, p. 30), a Psicologia Médica é a psicologia aplicada aos problemas apresentados pela medicina. Neste sentido, ainda segundo estes autores, constitui uma psicologia aplicada, relacionada ao domínio da psicologia patológica e, nesta qualidade, sempre esteve tradicionalmente ligada à parte da medicina que se dedica às doenças mentais. Nesta mesma linha de raciocínio, Marchais (1970) define a Psicologia Médica como uma área que se interessa pelos conhecimentos psicológicos susceptíveis de serem aplicados na medicina. Porot, em seu *Dicionário de Psiquiatria* (1977,

p. 971), classifica a Psicologia Médica como uma disciplina composta, que se nutre da psicologia para jogar luz em vários aspectos das ciências médicas. Os progressos da psicologia em seus diferentes ramos têm seu reflexo no domínio médico e isto se faz sentir especialmente na Psicologia Médica.

Diante do exposto, sentimos a necessidade neste trabalho de situarmos como uma contribuição da psicologia, qual seja, a Teoria da Mente, pode e tem auxiliado no entendimento da psicopatologia associada a doenças como o Autismo Infantil, a Esquizofrenia, Transtornos Paranóides, Erotomania, entre outros. Ainda dentro deste propósito, nos interessamos em arrolar as dificuldades metodológicas que cercam a utilização, dentro de um paradigma científico positivista, do constructo Teoria da Mente em estudos empíricos e que, em última análise, têm obstaculizado na atualidade a plena incorporação deste constructo pelas ciências médicas baseadas em

¹ Endereço para correspondência: Rua J 62, quadra 115, lote 5, Setor Jaó, Goiânia-GO, 74674-280. Fone: 6299763796. E-mail: leonardo-caixeta@bol.com.br

² Grupo de Neurologia Cognitiva e do Comportamento do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

³ Trabalho financiado com recursos da CAPES.

evidências. Antes, porém, pretendemos oferecer àqueles menos familiarizados com a Teoria da Mente uma rápida revisão de alguns de seus aspectos mais relevantes. Estes constituem nossos objetivos.

Aspectos Históricos e Conceituais da Teoria da Mente

Para podermos inferir a respeito dos estados mentais dos outros faz-se mister que estejamos equipados com uma habilidade que nos permita desenvolver uma medida (isto é, um sistema de referências que viabilize comparações entre nosso mundo interno, subjetivo e o mundo externo, dos outros) daquilo que os outros pensam, sentem, desejam, acreditam, duvidam. Esta capacidade foi denominada “Teoria da Mente” (Premack & Woodruff, 1978). Segundo estes autores, que inclusive introduziram o termo nas ciências cognitivas, um indivíduo tem uma Teoria da Mente se ele imputa estados mentais para si mesmo e para os outros e estes mesmos autores completam que um sistema de inferências desta natureza é apropriadamente visto como uma “teoria” porque tais estados não são diretamente observáveis e o sistema pode ser usado para fazer previsões (teorizações) sobre o comportamento dos outros.

Alguns autores, limitados pela necessidade de criar metodologias que permitam acessar esta habilidade em trabalhos empíricos, terminam por equivaler um constructo tão complexo ao que, na verdade, corresponderia a apenas alguns de seus aspectos constituintes. É assim que em muitos trabalhos encontramos a equivalência entre atribuição de intenções e Teoria da Mente, ou entre bom desempenho nas provas de crenças falsas e Teoria da Mente.

Primatologistas e etologistas (algumas das categorias profissionais que mais estudam esta habilidade cognitiva) utilizam uma variedade de termos como sinônimos da Teoria da Mente. Entre eles estão “Inteligência Maquiavélica”, “Meta-representação”, “Metacognição”, “Leitura Mental”, “Atribuição de Estados Mentais”, “Pan-Morfismo”, “Pongo-morfismo” (Heyes, 1998). Cabe ressaltar, entretanto, que estes termos não são considerados completamente superpostos e intercambiáveis pelos diferentes autores que os utilizam, além do que nem sempre são sinônimos exatos do que se entende por Teoria da Mente, ainda que pareçam representar o mesmo fenômeno. Optamos por utilizar em nosso trabalho o termo Teoria da Mente, tal como foi consagrado na maior parte da literatura disponível, no intuito de universalizarmos e facilitarmos o entendimento do nosso objeto de estudo.

Tanto a psicologia cognitiva quanto a psicologia do desenvolvimento e a psicologia evolucionista se interessaram pela Teoria da Mente, cada um destes ramos

abordando e focalizando à sua maneira o novo constructo, bem como se aproveitando dele para clarear aspectos até então obscuros dentro de cada uma destas áreas da psicologia. Foi assim que a psicologia cognitiva pôde delimitar melhor e inclusive dar um nome para um de seus mais complexos campos de interesse. Foi também assim que a psicologia do desenvolvimento ganhou um novo paradigma sobre o qual se poderia assistir o desenvolvimento infantil por um outro enfoque, que não o piagetiano ou o psicanalítico, por exemplo. Foi assim também que a psicologia evolutiva pôde estreitar ainda mais suas relações com a antropologia e a primatologia.

A psicologia cognitiva constitui praticamente o berço de onde surgiu a Teoria da Mente. No final da década de 70 do século XX surgiram diversas pesquisas sobre cognição animal e, a partir de uma delas, já citada, foi cunhado o termo Teoria da Mente acompanhado da definição mais amplamente utilizada para o novo constructo. Desde então, a psicologia cognitiva tem se dedicado a desenvolver vários modelos explicativos para a Teoria da Mente, como por exemplo o de Baron-Cohen (1996) que postula a existência de quatro módulos cerebrais interagindo para produzir o sistema de “leitura mental” do ser humano: o módulo detetor de intencionalidade, o detetor da direção do olhar, o mecanismo da atenção compartilhada e o mecanismo da Teoria da Mente. Cada um destes módulos é, dentro do espírito da psicologia cognitiva, relativamente independente dos outros e serve funções específicas, porém podendo interagir para a produção, em última instância, do já mencionado sistema de leitura mental. O módulo detetor de intencionalidade constituiria um aparato perceptivo que interpretaria estímulos móveis em termos de desejos e metas. Em paralelo, o detetor da direção do olhar seria responsável pela detecção da presença e direção do olhar, bem como seria o encarregado da interpretação do olhar como “algo que está deliberada e conscientemente vendo” (este módulo formularia a seguinte questão: “ela vê aquilo?”). Estes dois módulos mandariam informações para o terceiro módulo (mecanismo de atenção compartilhada), o qual se encarregaria de formar relações entre o eu, outros agentes e objetos (este módulo formularia a seguinte questão: “eu e você vemos a mesma coisa?”). Finalmente, o quarto módulo (mecanismo da Teoria da Mente) seria o responsável pela união das noções (até então separadas) de atenção, desejo, intenção, crença dentro de um aparato teórico coerente para o entendimento do comportamento em termos mentalistas, isto é, dentro de um contexto de representações.

A psicologia do desenvolvimento, que em verdade já lidava com conceitos de natureza muito próxima ao que

se entende por Teoria da Mente, absorveu este constructo a partir do seu surgimento dentro da Primatologia e praticamente assumiu a dianteira dos estudos nesta área. O enfoque investigativo (tanto empírico quanto teórico) da psicologia do desenvolvimento sobre a Teoria da Mente, entretanto, recai mormente sobre aspectos da origem desta habilidade nas crianças (em que idade ela surgiria) e de seu desenvolvimento nas mesmas. Uma revisão mais detalhada do enfoque da psicologia do desenvolvimento sobre a Teoria da Mente poderá ser encontrada no artigo de Jou e Sperb (1999).

Se por um lado a psicologia do desenvolvimento se interessa em situar o momento, dentro da ontogênese humana, em que surge a Teoria da Mente, de outro lado a psicologia evolutiva se interessa em situar o momento em que esta habilidade surge dentro da escala filogenética. A psicologia evolutiva se mistura com a antropologia e com a primatologia, áreas do saber que, a um só tempo, oferecem e recebem material deste ramo da psicologia, numa relação que tem crescido em ritmo acelerado. A pergunta “Teria a Teoria da Mente surgido e evoluído antes da emergência do ser humano na Terra ou seria esta habilidade exclusiva da espécie humana?” circula em todos os ambientes em que a psicologia evolutiva se encontra. Dentro desta área da psicologia existem basicamente duas correntes de pensamento. Uma que aposta na Teoria da Mente como sendo uma inovação evolutiva muito recente e exclusiva do gênero humano, o que implica na sua emergência há alguns milhões de anos, depois que o tronco comum dos primatas se bifurcou em humanos de um lado e macacos de outro. A corrente alternativa hipotetiza que ao menos alguns aspectos da Teoria da Mente já existiam antes do surgimento das espécies humanas e poderiam, portanto, estar presentes em alguma extensão em outros primatas não-hominídeos. De acordo com esta última corrente, a Teoria da Mente teria surgido há várias centenas de milhões de anos. Mesmo esta corrente admite que, muito embora outros primatas possam formar representações mentais de desejos, intenções e crenças, apenas o gênero humano teria a habilidade de manipular mentalmente e refletir sobre tais representações. Com o que foi exposto, fica clara a preocupação da psicologia evolutiva com a cronologia da evolução dos vários aspectos da Teoria da Mente. Uma revisão mais ampla deste tema pode ser encontrada no artigo de Povinelli e Preuss (1995).

Apenas mais recentemente, a psicologia médica entrou em cena, se utilizando do constructo da Teoria da Mente para tentar compreender determinadas manifestações psicopatológicas de doenças psiquiátricas como a Esquizofrenia, os Transtornos Delirantes, a Erotomania e

outras Psicoses. Como detalhar tais contribuições constitui um dos objetivos deste trabalho, iremos nos delongar neste assunto um pouco mais adiante.

Aspectos Evolutivos/Filogenéticos da Teoria da Mente

Este constructo permite capturarmos uma dimensão da consciência que é especialmente relevante para as funções instrumentais e sociais da vida diária e que, em última análise, foi o principal elemento a favorecer a manutenção e superioridade da espécie humana perante os outros seres vivos (Povinelli & Preuss, 1995). Com tal recurso cognitivo, o ser humano pôde, por exemplo, sofisticar as relações e a comunicação intra e inter-grupo, habilitando-o a entender artifícios da expressão humana como a ironia, a dissimulação, o sofrimento, o interesse, a falsidade. Com base nesta habilidade, tornou-se possível ao *Homo sapiens* prever que idéias os outros estariam formando a seu respeito. O pormenor e o rigor dessas previsões são fundamentais para que se aborde uma decisão crítica numa situação social. Conseqüentemente, graças ao poder que a Teoria da Mente confere, o *Homo sapiens* pôde dominar grupos que não apresentassem tais recursos cognitivos com a mesma intensidade, pôde desenhar e planejar estratégias de caça mais eficientes ao antecipar as possibilidades de respostas motoras de suas presas, entre outras coisas.

Vários estudos sugerem que alguns primatas não-hominídeos mais evoluídos (como no caso do chimpanzé, do bonobo e do gorila) apresentam algum grau de Teoria da Mente, muito mais precária, obviamente, que o que se encontra na espécie humana (Gallup, 1970; Heyes, 1998; Povinelli & Preuss, 1995). Assim sendo, pode-se deduzir que a Teoria da Mente não é entendida como um fenômeno tudo-ou-nada, isto é, uma habilidade que ou existe ou inexistente. Antes, é encarada como uma aquisição evolutiva que foi progressivamente sofrendo os processos de lapidação pelas forças da pressão seletiva.

Premack e Woodruff (1978) foram pioneiros ao endereçar a questão da existência ou não da Teoria da Mente entre os chimpanzés. Para isto, colocaram um chimpanzé diante de um vídeo no qual eram apresentadas cenas em que um ator humano era desafiado por situações-problema. Numa destas situações, o ator tentava ter acesso a um alimento colocado em um ponto fora de seu alcance. Após o vídeo, eram apresentadas ao chimpanzé uma série de fotografias, uma das quais continha a solução do problema como, no caso em questão, uma vara que permitiria o acesso ao alimento. Em um número expressivo de vezes, o chimpanzé testado escolheu as opções corretas para cada situação, denotando,

segundo os autores do trabalho, uma capacidade do animal em: a) reconhecer que a apresentação no vídeo representava um problema a ser solucionado; b) entender a intenção do ator; c) escolher alternativas compatíveis com esta intenção. Fica claro, portanto, para estes autores, que o chimpanzé domina alguns aspectos cognitivos diretamente relacionados à existência de uma Teoria da Mente. Este trabalho pavimentou o caminho para vários outros evolucionistas que a partir de então se interessaram pelo debate a respeito da existência ou não de uma Teoria da Mente entre os primatas não hominídeos.

Em um outro estudo de primatologia, conduzido por Povinelli e Preuss (1995) com utilização de metodologia desenvolvida por Gallup (1970) e que consistia em posicionar chimpanzés defronte um espelho no intuito de observar, em diferentes contextos e variações, a capacidade de auto-reconhecimento e de utilização adequada da qualidade reflexiva do espelho pelos primatas (para a identificação de manchas coloridas colocadas pelos pesquisadores em locais do corpo destes animais que fossem inacessíveis à visão direta), constatou-se que os mesmos foram capazes de se reconhecerem na imagem refletida pelo espelho, bem como de se utilizarem do mesmo para a investigação de partes do corpo inacessíveis à observação direta. Os autores interpretaram tais achados como sendo indicativos da existência da Teoria da Mente nestes animais, uma vez que estes, para um correto reconhecimento da própria identidade, necessitariam fazer uma adequada separação “eu - não eu” e, assim fazendo, pressupõe-se que consigam reconhecer a existência de uma outra individualidade/consciência que não a própria e, portanto, estariam aptos a reconhecer os estados mentais dos outros, isto é, a utilizar a Teoria da Mente.

Whiten e Byrne (1991) também defendem a existência da Teoria da Mente em chimpanzés, porém utilizando-se de uma outra metodologia e se amparando na observação de que a habilidade de fazer-de-conta, como registrada nestes animais, corresponderia, em termos cognitivos, à capacidade de leitura da mente e portanto à Teoria da Mente.

Vários autores, contudo, questionam a existência da Teoria da Mente nos chimpanzés e em qualquer outro primata não-humano. O que parece constituir um ponto de consenso é o fato dos primatas menos evoluídos (macacos das Américas e outros primatas de pequeno porte) carecerem de habilidades que pudessem fazer supor a existência de uma Teoria da Mente.

Aspectos Ontogenéticos da Teoria da Mente

Segundo Baron-Cohen (1989), ao redor dos 18 meses de vida esta habilidade cognitiva começa a se tornar detectável nas crianças, como sugerido pela observação

de que nesta idade já está manifesta a “atenção compartilhada”, um dos subcomponentes mentais que seriam imprescindíveis para a existência da Teoria da Mente. Já segundo Wimmer e Perner (1983), em crianças normais a habilidade de representar a relação entre os estados mentais de duas ou mais pessoas emerge e se sedimenta ao redor dos 4 até os 6 anos de idade. Roazzi e Santana (1999), estudando crianças brasileiras, defendem que é a partir dos cinco anos que a criança adquire esta habilidade. Estas discrepâncias provavelmente refletem a utilização de diferentes métodos que estariam detectando facetas cognitivas diversas da mesma Teoria da Mente que talvez surjam em momentos diversos do desenvolvimento infantil.

Na dependência do autor que se enfoca, diversas são as habilidades na criança que parecem atestar o aparecimento da Teoria da Mente. De acordo com Leslie (1987), algumas habilidades que surgem na infância, como por exemplo a de fingir num contexto de uma brincadeira ou jogo (como numa brincadeira de “faz-de-conta”), parecem emergir apenas quando a capacidade de teorizar à respeito da mente dos outros já se encontra sedimentada. Já para Wimmer e Penner (1983), um indicador da presença de Teoria da Mente nas crianças seria sua capacidade de acerto nas tarefas de crenças falsas. Para Bretherton e Beeghly (1982), o indicador da Teoria da Mente seria a utilização dos verbos mentais, tais como: acreditar, pensar, entender, conhecer, etc. Para Wellman (1988), o indicador seria a capacidade de diferenciar estados físicos de mentais (o concreto que pode ser tocado e o abstrato que pode ser pensado). Paire ainda a dúvida se tais habilidades resultam diretamente do incremento cognitivo que foi patrocinado pelo surgimento da Teoria da Mente ou se constituem meros epifenômenos (se for o caso de admitirmos que não existe uma relação de causalidade entre aquelas habilidades e a Teoria da Mente).

Piaget talvez tenha sido o primeiro a endereçar, dentro de uma perspectiva moderna, a questão do desenvolvimento da Teoria da Mente, de acordo com Guttenplan (1996). Piaget (1929) afirmava que a criança se habilitava nesta função (ou melhor, numa função que reunia as mesmas características da Teoria da Mente, posto que este constructo, surgido em 1978, é posterior a Piaget) apenas quando adquiria competência na representação mental e conseguia, portanto, se destacar da realidade a que estava “colada” até então para se tornar uma mente, forjando portanto uma divisão entre subjetividade e objetividade, entre o que é verdade para minha mente e o que é verdade para a realidade. Para se conquistar o controle sobre as representações perceptivas acima mencionadas faz-se mister, segundo Piaget, que a criança abandone o egocentrismo (que caracteriza uma certa fase do

desenvolvimento infantil) em favor do “outro” (não necessariamente outro indivíduo, mas a consideração de uma outra realidade, que não a própria), superando assim a saliência mental de seu próprio conhecimento, assimilando finalmente que o objeto não é mais o que aparenta ser. São justamente as perspectivas social, intelectual e física pessoais e egocêntricas que a criança utiliza, por exemplo na solução de problemas, que distorcem a realidade, justificando sua falha na execução de determinados testes.

Outras Pesquisas em Teoria da Mente

Apenas recentemente pesquisadores brasileiros têm se interessado pelo tema, o que não impediu que trabalhos (teóricos ou empíricos) muito bem conduzidos tenham surgido. Jou e Sperb (1999), por exemplo, fizeram cuidadosa revisão da maneira como diferentes correntes do pensamento psicológico abordam a Teoria da Mente. Dias (1993) e Dias, Soares e Sá (1994) se concentram na abordagem da psicologia do desenvolvimento sobre a Teoria da Mente e, de acordo com este referencial, se interessam em questões relativas ao desenvolvimento desta habilidade em crianças. Bosa e Callias (2000) sistematiza as diferentes abordagens teóricas no estudo do Autismo Infantil e entre elas faz referência à concepção que destaca esta doença como relacionada a um distúrbio na Teoria da Mente, enquanto que Kuczynski e Assumpção (1998) endereçam exclusivamente a relação do Autismo com o prejuízo na Teoria da Mente, também através de uma revisão teórica do tema. Roazzi e Santana (1999), em um trabalho empírico, também dentro de uma abordagem da psicologia do desenvolvimento, investigam a idade de aquisição da Teoria da Mente entre crianças entre quatro e cinco anos utilizando-se da tarefa da falsa crença e constatam que é a partir dos cinco anos que a criança adquire esta habilidade, questionando a extrapolação dos dados da literatura estrangeira (que situa as crianças na idade de quatro anos como já possuidoras desta habilidade) para a nossa realidade. Para uma revisão mais completa dos trabalhos nesta área, sugere-se a excelente revisão de Jou e Sperb (1999) que os subdivide em teóricos e empíricos.

Os trabalhos que versam sobre a aplicação do constructo da Teoria da Mente na psicologia médica são ainda mais raros, o que justifica em parte a realização do presente trabalho. Até onde sabemos, os únicos trabalhos empíricos nesta área em nosso país são os de Caixeta, Simone e Nittrini (1997) e o de Caixeta (2000).

Aplicação da Teoria da Mente na Psicologia Médica

A apropriação deste constructo pela psicologia médica deu-se principalmente com autores ingleses (Baron-

Cohen, 1989, 1996; Baron-Cohen, Leslie & Frith, 1985; Baron-Cohen, Ring, Moriarty & Shmitz, 1994; Frith & Corcoran, 1996), ao enquadrarem o prejuízo da Teoria da Mente como o cerne em torno do qual gravitam e por onde se explicam as principais manifestações cognitivas e comportamentais do Autismo Infantil e da Esquizofrenia. Pouco depois, outros autores abraçaram o conceito para tentar explicar a natureza do fenômeno delirante nos Transtornos Delirantes (Charlton & McClelland, 1999).

Frith e Corcoran (1996), como já adiantado anteriormente, sugeriram que um déficit de meta-representação (um dos aspectos da Teoria da Mente, ou seja, a representação da representação, ou ainda, a possibilidade de manipular mentalmente e refletir sobre as representações) pode ser responsável pela maioria dos sintomas esquizofrênicos e, portanto, este prejuízo estaria no centro de seu modelo explicativo, produzindo três tipos de déficit cognitivo:

1) A consciência deficitária dos próprios objetivos poderia levar à redução e desorganização da ação, que teria sua tradução clínica na síndrome negativa e em vários distúrbios de comunicação;

2) A consciência deficitária das próprias intenções poderia gerar um déficit na monitorização da ação como também poderia ocasionar experiências anormais, que teriam sua tradução clínica em vários distúrbios de comunicação, numa síndrome apática e em alucinações auditivas;

3) De modo similar, a consciência deficitária das intenções de outras pessoas contribuiria para as idéias delirantes de perseguição e auto-referência.

Estas impressões, ainda que interessantes, podem ser consideradas bastante especulativas e carentes de um embasamento empírico, o que na verdade retrata uma dificuldade embutida na incorporação deste constructo pelas ciências médicas, dificuldade esta que a filosofia (que também lida com tal constructo) talvez não apreciase. Hardy-Baylé (1999) sintetizou e materializou este problema em três dimensões fundamentais:

1) Cognição: como poderíamos operacionalizar o conceito de “atribuição de intenções” (ou Teoria da Mente), de tal maneira que ele pudesse ser testado ?

2) Clínica: qual comportamento patológico poderia ser enquadrado como um sinal de comprometimento da Teoria da Mente? Pode ele justificar a existência de toda uma entidade (p. ex. Esquizofrenia), ou apenas uma síndrome, ou menos ainda, um sintoma ?

3) Neurofisiologia: tem a Teoria da Mente, um conceito abstrato situado num nível extremamente alto de integração cognitiva, um correlato cerebral direto?

Quanto à primeira questão, temos que diversos grupos de pesquisa têm utilizado diferentes metodologias para testarem o conceito de atribuição de intenções. Assim, alguns autores (Doody, Gotz, Johnstone, Frith & Owens, 1998; Frith & Corcoran, 1996) usam pequenas histórias, envolvendo meta-representações, contadas aos pacientes e depois analisadas na forma como o elemento meta-cognitivo foi ou não incorporado. Já Baron-Cohen, Leslie e Frith (1986) utilizam histórias cômicas em quadrinhos (sem material verbal) para se evitar algum viés relacionado aos prejuízos de linguagem e também relacionado a trocas verbais de informações entre o pesquisador e o pesquisado na ocasião da apresentação do teste. Gallup (1970) e Povinelli e Preuss (1995) têm utilizado a observação do comportamento de auto-reconhecimento de chimpanzés diante de um espelho como protocolo para se estudar a Teoria da Mente nestes animais. Estes autores hipotetizam que a capacidade destes primatas de reconhecerem a própria identidade na imagem refletida pelo espelho requer, a princípio, que estejam habilitados a se diferenciar, em um nível de meta-representação, de outras identidades e portanto a considerar a existência de outras formas de consciência que não as próprias, ou seja, manifestam capacidade para a Teoria da Mente. Gergely (1994), entretanto, questiona a teoria de que a habilidade de se reconhecer no espelho é por si mesma indicativa da capacidade para a Teoria da Mente.

Em relação à segunda questão, uma visão compartilhada pelos neuropsicólogos cognitivistas que estudam distúrbios mentais em geral e Esquizofrenia em particular é a de que as hipóteses cognitivas apenas oferecem explicações para comportamentos anormais e não para categorias diagnósticas (Hardy-Baylé, 1999). Neste sentido, alguns autores tentaram relacionar déficits na Teoria da Mente com sintomas psicopatológicos específicos. Assim, Frith e Corcoran (1996) associaram o mau desempenho de pacientes esquizofrênicos em tarefas que testam alguns aspectos da Teoria da Mente à: 1) presença de sintomatologia negativa nestes pacientes; e, 2) presença de delírios paranóides e sintomas positivos associados a estes delírios. Widlocher e Hardy-Baylé (1989), por outro lado, constataram que pacientes esquizofrênicos com sintomas hebefrênicos, isto é, de desorganização do pensamento, apresentavam desempenhos deficitários nas tarefas de Teoria da Mente, o mesmo não ocorrendo com pacientes esquizofrênicos não-hebefrênicos, pacientes deprimidos e controles normais. Também a dificuldade em interagir apropriadamente com o meio social (falta de tato social), uma outra característica marcante no Autismo e na Esquizofrenia, pode ser entendida como um reflexo da incapacidade na Teoria da Mente, constatação feita por

Doody e colaboradores (1998), estudando esta dificuldade no caso da Esquizofrenia. A habilidade para o jogo social depende do arrolamento, sistematização e hierarquização de uma série de pistas fornecidas em cada contexto social. A perfeita orquestração de todo este material depende sobretudo de como o sujeito tem acesso ao universo mental do outro com toda a rede de contextualizações que isto demanda, ou seja depende de sua Teoria da Mente. A intensidade desta falta de tato social seria uma função do grau de comprometimento da Teoria da Mente apresentado pelo indivíduo. Os delírios erotomaníacos e paranóides também podem ser entendidos como fenômenos originados a partir de prejuízos na Teoria da Mente, uma vez que na base destes sintomas está a incapacidade de acessar eficazmente o conteúdo mental dos outros, atribuindo-lhes assim sentimentos e pensamentos sedutores (no caso da erotomania) ou ofensivos/ameaçadores (no caso dos delírios paranóides). Charlton e McClelland (1999), de modo contrário, defendem que os distúrbios delirantes ocorrem num contexto de processamento cognitivo adaptativo, não patológico (incluindo uma Teoria da Mente preservada) e que as falsas convicções que os caracterizam são um desdobramento natural de mecanismos psicológicos operando num determinado tipo de personalidade e em circunstâncias sociais específicas. De acordo com estes autores, os distúrbios delirantes são, portanto, a consequência de um raciocínio lógico a partir de premissas falsas à respeito do estado mental de outros indivíduos.

Quanto à terceira questão, o suporte empírico para as teorias que associam a Teoria da Mente a uma topografia neuroanatômica específica ainda é escasso. Entre eles, estão os estudos que a associam a lesões frontais, como os de McGlynn e Schacter (1989), Prigatano e Schacter (1991) e Caixeta (2000). Estudos de neuroimagem funcional realizados no momento em que indivíduos normais eram testados em tarefas relacionadas à Teoria da Mente demonstraram que o córtex frontal parece ser a região mais relacionada a esta habilidade cognitiva: enquanto Baron-Cohen e colaboradores (1994) detectaram uma maior ativação no córtex órbito-frontal destes indivíduos, Fletcher e colaboradores (1995) constataram maior ativação no córtex pré-frontal mesial.

Ainda em relação à terceira questão, o neurologista Damasio (1995, 1996) tentou elucidar o mecanismo neurobiológico subjacente à Teoria da Mente e denominou-o “Mecanismo do Marcador Somático” (MMS). Em essência, o MMS se refere ao uso das próprias reações emocionais como indicadoras do estado mental de uma outra pessoa. Como tais reações emocionais ocorrem atreladas a determinados estados somáticos/neurovegetativos, isto é,

sensações corporais, resolveu-se denominar o fenômeno como “Mecanismo do Marcador *Somático*” (em grego, *soma* significa corpo e *somático* significa aquilo que pertence ao corpo). O termo “marcador somático” se justifica porque as reações corporais que o indivíduo experimenta num determinado momento “marcam” um estado somático que logo dará ensejo e será traduzido numa representação mental de si e depois do outro. Como exemplo, poderíamos dizer que se um estranho nos aborda à noite e nos induz uma resposta emocional de medo (desencadeando reações somáticas/neurovegetativas como sudorese, taquicardia), nós tendemos a interpretá-lo (e portanto estaremos usando a Teoria da Mente para termos acesso ao estado mental deste desconhecido) como alguém que quer nosso mal e que de alguma forma nos ameaça (já que ele nos provocou medo). Traduzindo então na linguagem de Damásio o que aconteceu, poderíamos dizer que a presença (objetiva ou subjetiva) de uma outra pessoa nos induz um estado somático particular que por sua vez estará atrelado, ou melhor, marcará uma determinada reação emocional (boa ou ruim, dependendo inclusive do tipo de estado somático que foi gerado), reação emocional esta que guiará uma leitura (prazerosa ou ameaçadora) do próprio estado mental, bem como, na seqüência, das intenções, desejos, pensamentos da outra pessoa. Todo este processo redundará, portanto, no que reconhecemos como Teoria da Mente. A função da ligação percepção-emoção na Teoria da Mente, segundo esta visão, seria avaliar o significado de situações sociais modeladas internamente.

Parece claro que na medida em que cada uma das três questões supracitadas forem sendo mais apropriadamente respondidas (o que irá gerar metodologias que poderão mensurar e definir mais objetivamente a Teoria da Mente), tornar-se-á mais confortável, dentro de uma perspectiva mais científica, lançarmos mão do constructo para compreendermos fenômenos mentais que até o presente não se serviram da psicologia cognitiva para o esclarecimento de seus aspectos constitutivos.

A incorporação do constructo Teoria da Mente pela Psicologia Médica trouxe interessantes contribuições para a compreensão de como determinadas alterações cognitivas e de comportamento que constituem o núcleo psicopatológico de entidades nosológicas como o Autismo Infantil e a Esquizofrenia poderiam eventualmente ser entendidas como manifestações variadas de prejuízos na Teoria da Mente. Foi assim que, por exemplo, passou-se a compreender a dificuldade de interação social dos autistas como um fenômeno secundário ao prejuízo da Teoria da Mente. Foi assim também que interpretou-se os delírios paranóides como consequência da dificuldade

experimentada pelos pacientes em fazerem corretas leituras mentais dos outros (ou seja, dificuldade na Teoria da Mente), imputando estados mentais falsos e descontextualizados (por exemplo, achar que a mãe quer matá-los) (Charlton & McClelland, 1999). Também os delírios erotomaníacos (convicção falsa de que determinada pessoa encontra-se apaixonada pelo paciente) podem ser entendidas como no caso dos delírios paranóides e portanto como sendo resultantes de prejuízos na Teoria da Mente (Caixeta, 2000).

Referências

- Baron-Cohen, S. (1989). The autistic child's theory of mind: A case of specific development delay. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 30, 285-297.
- Baron-Cohen, S. (1996). *Mindblindness: An essay on autism and theory of mind*. Massachusetts, MIT Press.
- Baron-Cohen, S., Leslie, A. & Frith, U. (1985). Does the autistic child have a “theory of mind”? *Cognition*, 21, 37-46.
- Baron-Cohen, S., Leslie, A. & Frith, U. (1986). Mechanical, behavioral and intentional understanding of picture stories in autistic children. *British Journal of Developmental Psychology*, 4, 113-125.
- Baron-Cohen, S., Ring, H., Moriarty, J. & Shmitz, P. (1994). Recognition of mental state terms: A clinical study of autism and a functional neuroimaging study of normal adults. *British Journal of Psychiatry*, 165, 640-649.
- Bosa, C. & Callias, M. (2000). Autismo: Breve revisão de diferentes abordagens. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 167-177.
- Bretherton, I. & Beeghly, Y. M. (1982). Talking about internal states: The acquisition of an explicit theory of mind. *Developmental Psychology*, 18, 906-921.
- Caixeta, L., Simone, A. & Nitrini, R. (1997). Mind Theory and frontotemporal dementia: A study of 5 cases [Abstract]. *The Journal of Neuropsychiatry and Clinical Neuroscience*, 9(4), 690.
- Caixeta, L. (2000). Neurobiologia e fenomenologia dos distúrbios da auto-consciência na demência frontotemporal e na doença de Alzheimer. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Neurologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Charlton, B. G. & McClelland, H. A. (1999). Theory of mind and the delusional disorders. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 187, 380-383.
- Damasio, A. R. (1995). Towards a neurobiology of emotion and feeling: Operational concepts and hypotheses. *The Neuroscientist*, 1, 19-25.
- Damasio, A. R. (1996). *O erro de Descartes*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Delay, J. & Pichot, P. (1982). *Manual de Psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Masson.
- Dias, M. G. B. B. (1993). O desenvolvimento do conhecimento da criança sobre a mente. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, 587-600.
- Dias, M. G. B. B., Soares, G. B. & Sá, T. P. (1994). Conhecimento sobre a mente e compreensão sobre as intenções do experimentador. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10, 221-229.
- Doody, G. A., Gotz, M., Johnstone, E. C., Frith, C. D. & Cunningham, D. G. (1998). Theory of mind and psychoses. *Psychological Medicine*, 28, 397-405.
- Fletcher, P., Happé, F., Frith, U., Baker, S. C., Dolan, D. J., Frackowiak, R. S. J. & Frith, C. (1995). Other minds in the brain: A functional imaging study of theory of mind in story comprehension. *Cognition*, 57, 109-128.
- Frith, C. D. & Corcoran, R. (1996). Exploring “theory of mind” in people with schizophrenia. *Psychological Medicine*, 26, 521-530.
- Gallup, J. J. Jr. (1970). Chimpanzee: Self-recognition. *Science*, 167, 86-87.
- Gergely, G. (1994). Comparative and developmental approaches to self-awareness. Em S. T. Parker, R. W. Mitchell & M. L. Boccia (Orgs.), *Self-awareness in animals and humans: Developmental perspectives* (pp. 123-150). New York, Cambridge University Press.

- Guttenplan, S. (1996). *A companion to the philosophy of mind*. Oxford, Blackwell.
- Hardy-Baylé, M. C. (1999). Theory of mind: Experimental validation and place in the neuropsychology of schizophrenia. *Medicographia*, 20, 95-100.
- Heyes, C. M. (1998). Theory of mind in nonhuman primates. *Behavioral and Brain Sciences*, 21, 101-48.
- Jou, G. I. & Sperb, T. M. (1999). Teoria da mente: Diferentes abordagens. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 287-306.
- Kuczynski, E. & Assumpção, F. B. (1998). Autismo e teoria da mente: Aspectos e tendências. *Vitro Psiquiatria*, 2(2), 51-55.
- Leslie, A. (1987). Pretense and representation: The origins of theory of mind. *Psychological Review*, 94, 412-426.
- Marchais, P. (1970). *Glossaire de Psychiatrie*. Paris: Masson.
- McGlynn, S. M. & Schacter, D. L. (1989). Unawareness of deficits in neuropsychological syndromes. *Journal of Clinical and Experimental Neuropsychology*, 11, 143-205.
- Piaget, J. (1929). *The child's conceptions of the world* (Jonh & Andrew Tomlinson, Trad.). London: Kegan Paul. (Original publicado em francês, em 1926)
- Porot, A. (1977). *Dicionário de Psiquiatria*. Barcelona: Editorial Labor S.A.
- Povinelli, D. J. & Preuss, T. M. (1995). Theory of mind: Evolutionary history of a cognitive specialization. *Trends In Neurosciences*, 18, 418-424.
- Premack, D. & Woodruff, G. (1978). Does the chimpanzee have a "theory of mind"? *Behavioural and Brain Sciences*, 4, 515-26.
- Prigatano, G. P. & Schacter, D. L. (1991). Introduction. Em G. P. Prigatano & D. L. Schacter (Orgs.), *Awareness of deficit after brain injury: Clinical and theoretical issues* (pp. 3-16). New York, Oxford University Press.
- Roazzi, A. & Santana, S. M. (1999). Teoria da mente: Efeito da idade, do sexo e do uso de atores animados e inanimados na inferência de estados mentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 307-330.
- Wellman, H. M. (1988). First steps in the child's theorizing about the mind. Em J. W. Astington, P. L. Harris & D. R. Olson (Orgs.), *Developing theories of mind* (pp. 64-92). Cambridge: Cambridge University Press.
- Whiten, A. & Byrne, W. (1991). The emergence of metarepresentation in human ontogeny and primate phylogeny. Em A. Whiten (Org.), *Natural theories of mind* (pp. 19-38). Oxford: Blackwell.
- Widlocher, D. & Hardy-Baylé, M. C. (1989). Cognition and control of action in psychopathology. *European Bulletin of Cognitive Psychology*, 9, 583-615.
- Wimmer, H. & Perner, J. (1983). Beliefs about belief: Representation and constraining function of wrong beliefs in young children's understanding of deception. *Cognition*, 13, 103-108.

Recebido: 29/05/2001
 Revisado: 16/08/2001
 Aceito: 17/08/2001

Sobre os autores

Leonardo Caixeta é Professor Adjunto Doutor de Neuroanatomia da Universidade Federal de Goiás. Mestre e Doutor em Neurologia pela Faculdade de Medicina da USP. Especialista em Psiquiatria pela USP. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicobiologia Humana da UFG. Membro do Grupo de Neurologia Cognitiva e do Comportamento do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da USP.

Ricardo Nitri Professor Associado do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da USP. Coordenador da Pós-Graduação em Neurologia da FMUSP. Coordenador do Grupo de Neurologia Cognitiva e do Comportamento do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da USP.